



ST9. HISTÓRIA POLÍTICA

457

“CASSAR E CAÇAR”: O GOLPE CIVIL-MILITAR EM CAMPINA GRANDE (1964)

Joabe Barbosa Aguiar¹

Resumo: Dentre o métier de possibilidades temáticas que a história nos permite debruçar, nos enveredamos neste artigo a analisar os resquícios do golpe civil-militar de 1964 durante as festas de comemoração do Centenário de Campina Grande (1964). Pretendemos investigar como os militares desde os primeiros dias passaram a “cassar e caçar”, apontando as singularidades do fato em solo campinense. Adotamos como fonte de pesquisa o jornal Diário da Borborema, por ser um periódico de circulação diária na cidade e alguns documentos iconográficos. Quanto ao método de pesquisa, trilhamos pela análise das falas, impressões e observações produzidas do contato com nossas fontes, sempre com a preocupação de irmos além do meramente escrito, no sentido de compreender seus discursos como resultantes das relações de poder. Como artífices de Clio, buscaremos apresentar como as águas turbulentas de março atingiram a cidade de Campina Grande no ano do seu centenário.

Palavras-chave: Campina Grande. Golpe Militar. Centenário de Campina Grande.

Quando as águas de março atingiram a política nacional, a cidade de Campina Grande vivia em plena lua de mel: nos primeiros meses da gestão do prefeito Newton Rique e, talvez, mais preocupada com os preparativos da festa do centenário² do que com a crise que assolava o governo de João Goulart.

Compreendemos que a conjuntura pré-Golpe civil-militar beneficiou a manipulação de alguns simbolismos permeados também na cidade de Campina Grande, em torno da ideia dicotômica de “bem e mal” – nacionalistas ou militares e os

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2010); Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Especializando em Educação para as Relações Étnico-Racial na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professor regular, na disciplina de história na Rede Municipal de Ensino de Barra de São Miguel – PB.

² Em 1964 a cidade de Campina Grande se preparava para comemorar o primeiro centenário: a festa corresponderia ao centenário de emancipação política de Campina Grande, quando passou ao status de cidade em 1864, sendo, de acordo com Câmara (2006, p. 83), a quinta vila do interior da Paraíba a ser elevada a esta categoria. AGUIAR, Joabe B. **Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960 – 1964).**

comunistas. A representação do comunismo para a sociedade foi sempre baseada em analogias negativas, segundo Capelato (2009), através da verticalidade representando as profundezas das trevas, da invocação de um bestiário exemplificado por répteis repulsivos, rastejantes, viscosos, e ainda, por doenças do organismo humano como vírus, tumor e câncer. Forjando no imaginário social³ uma simbologia do mal acerca do comunismo.

Esta simbologia criou raízes na conjuntura política e social no Brasil⁴: o anticomunismo foi pedra de toque para a instalação do Estado Novo varguista e mesmo após os anos de redemocratização, não se enterrou a ideia de *comunicação do país*. Em Campina Grande, o *perigo vermelho* foi erradicado das eleições municipais de 1963 com a cassação do registro de candidatura de José Pereira dos Santos, “o Peba”, e de seu vice, Manoel Monteiro, ambos naquele momento, recém-filiados ao Partido Socialista Brasileiro, porém, com “fama de comunistas”. A dinâmica política produzia e designava os desviados (Comunistas), a fim de servir a causa da ordem.

Alguns setores da sociedade campinense manipulavam e alimentavam esta simbologia: a Igreja Católica, alguns intelectuais, a mídia, enfim, setores que possuíam o poder da fala. O jornal *Diário da Borborema* (03 Ago. 1963, p. 02) divulgava nas suas páginas uma mensagem produzida pela Rádio do Vaticano afirmando que “o marxismo e sua expressão política, o comunismo, são inadmissíveis tanto para o cristianismo quanto para a humanidade livre e consciente”, nas linhas que seguem, o Vaticano define o “marxismo com a antítese do cristianismo”.

Na coluna “Por este mundo além”, o jornalista Antônio Barroso Pontes denunciava o estado de “cáos, de angústia, de sacrifício e desespero” *Ibdem* (15 Jan. 1963, p. 04) do povo brasileiro, em virtude do governo “inoperante, confuso e desajustado” e agora cumpre-se o temor “que Jango se transforma-se no coveiro do Brasil”. As mazelas serão curadas pelo salvador da pátria! Mas, nossas experiências com salvadores ainda doem – Temos o caso recente de Vargas; então, “suplica-se” para que as forças armadas intervenham, no dizer de Assis Chateaubriand “Todo o poder ao glorioso exército do Brasil” (*Ibdem*, 11 Abr. 1964, p. 05).

Sexta-feira, treze de março de 1964, o presidente João Goulart realiza o comício da Central do Brasil em defesa das reformas de base e firma sua posição a favor da ala nacionalista do país. Houve um recrudescimento da política nacional, com a ala conservadora reagindo ao comício, por meio da Marcha com da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo, com a participação de meio milhão de pessoas ou através das conspirações encabeçadas pelo exército e por políticos descontentes com o governo como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto, governadores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, respectivamente.

³ Por imaginário chamamos todas as construções coletivas de interpretação e organização social a partir de símbolos e representações. O conjunto das representações elaboradas pela sociedade forma o que entendemos por imaginário social. Segundo Le Goff, o imaginário social pertence ao campo da representação, é apenas uma facção do seu território, na medida em que traduz uma realidade exterior percebida, ao mesmo tempo em que se trata de uma forma de representação que alimenta o homem e o faz agir. Dessa maneira, para Le Goff, o que o homem considera realidade é fruto do próprio imaginário, ou seja, é instituído imaginariamente. Cf. Le Goff, 1994.

⁴ Sobre o imaginário anticomunista ver os trabalhos de Cavalcante Neto (2006) e Motta (2002).

Na tentativa de noticiar o evento o periódico buscava traduzir em palavras as marchas, os discursos e ações desencadeadas no sul do país. As análises políticas foram substituídas por descrições densas dos fatos, pois mesmo “entre os militares golpistas não havia planos de poder”⁵. No dia 02 de Abril a tomada do poder estava consolidada, segundo o *Diário da Borborema*, apenas “BRASÍLIA E PÔRTO ALEGRE CONTINUAM A SER OS ÚLTIMOS REDULTOS DA ERA JANGUISTA”. O cargo de presidente fora declarado vago pelo presidente do senado, Auro de Moura Andrade e O STF empossou o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, na Presidência da República.

Para o *Diário da Borborema*, o golpe civil-militar foi a defesa da lei e da ordem, bem como representou a salvação do Brasil diante do perigo comunista. Segundo Nóbrega (1994, p. 143 – 144) a rede de diários e emissora Associados, chefiados por Assis Chateaubriand, da qual o *Diário da Borborema* fazia parte, fez uma cerrada campanha golpista, de acordo com o autor, por causa da recusa de Goulart em zerar o déficit da cadeia associada junto ao banco do Brasil, previdência e outras instituições federais. Este fato não sintetiza o apoio dado ao golpe em solo campinense, segundo João Jerônimo (2013⁶), o golpe de 31 de março de 1964 teve “o apoio das classes conservadoras, comércio e indústria de Campina Grande, nós apoiamos integralmente”.

O apoio do *Diário da Borborema* não ficou restrito as manchete e discursos nas páginas do jornal, foi além, “tomou para si a tarefa de conclamar a população para Marcha da Família Com Deus pela Liberdade” (*Diário da Borborema*, 11 abr. 1964, p. 07). Diferentemente da marcha ocorrida em São Paulo motivada pela oposição a política populista e ao comunismo, em solo campinense, assim como ocorria em outras cidades, a marcha visava demonstrar o apoio ao golpe militar de março.

A marcha foi iniciada às quatro horas da tarde com concentração no Açude Velho e percorrendo as Ruas João Tavares, Desembargador Trindade, Praça Coronel Antônio Pessoa, Rua Irineu Joffily, terminando na Praça da Bandeira, onde se fariam orações e discursos. A população foi convocada a comparecer nas ruas no dia 30 de maio em “regozijo pela vitória das foças democráticas que conseguiram expurgar do país todos os focos de infiltração comunista” (*Diário da Borborema*, 30 maio, 1964, p. 01).

⁵ FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. In: **O golpe**: Militares e civis na trama de 1964. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano. 07, nº 83, Agosto 2012.

⁶ Entrevista concedida ao autor 29 jun. 2013.

Imagem I. Marcha da família com deus pela liberdade em campina grande

460

Fonte: *Diário da Borborema*, 31 maio, 1964, p. 01.

Acompanharam a marcha alguns colégios da cidade, como ilustrado na imagem à esquerda, bem como a guarnição federal e uma multidão que corria as ruas da cidade “em repúdio ao comunismo e em apoio a revolução de 1964” (*Diário da Borborema*, 30 maio, 1964, p. 01). Em meio as “orações pela paz generalizada, ao amor mútuo, ao altruísmo absoluto e a honestidade”, a população gritava palavras de ordem e “de alegria pelo expurgo da ideologia malsã, anticristã e que só trazia males ao país”. (Ibdem)

O enfoque dado à participação aos jovens, nas imagens abaixo, cria uma identificação entre a juventude e o futuro, que na leitura do jornal “está a salvo e será promissor a partir da revolução democrática de 1964” (Ibdem, 31 maio, 1964, p. 01). Além da multidão de anônimos que “demonstrava seu repúdio ao processo de comunização do país e seu apoio a Revolução de 31 de março” se faziam presentes no palanque armado na Praça da Bandeira “autoridades civis e militares e representantes de entidades de classe”. Após os oradores, as “bandas de música continuaram a cena festiva”.

Neste cenário, nos interessa os próximos passos do movimento que o criador batizou de “Revolução Democrática”. Desde os primeiros dias, os militares passaram a *cassar e caçar*, parafraseando Hélio Zenaide (1994, p. 77). Segundo o autor, “ser caçado, para muitos, era a morte física; ser cassado, para todos, foi a morte política, a morte da cidadania”.

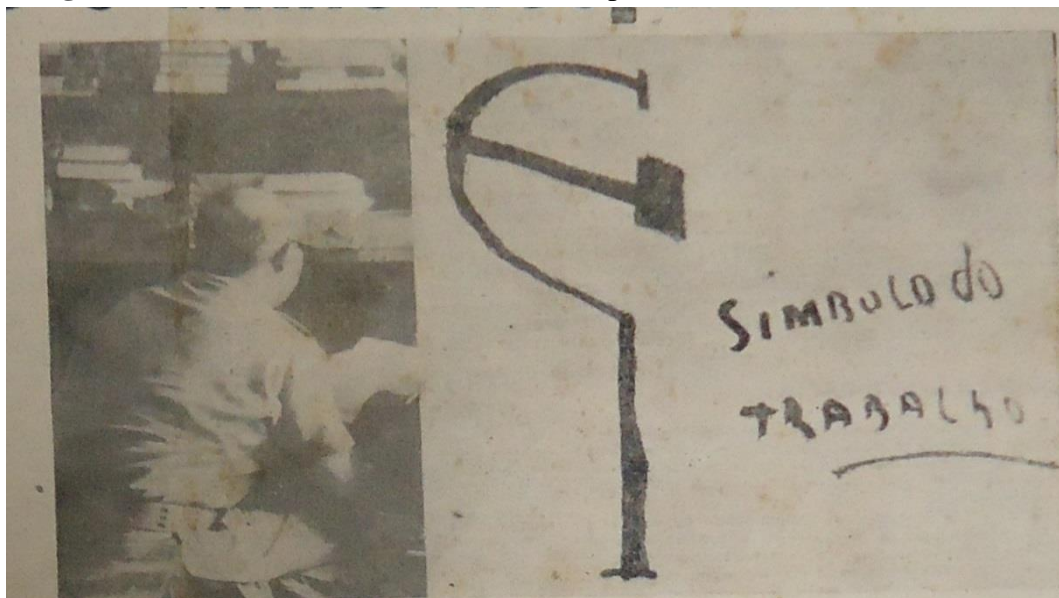
As palavras caçar e cassar existem na língua portuguesa, bem como na vida política. Porém, seus significados são diferentes e devem ser usadas em situações diferentes. Caçar, na língua portuguesa é um verbo, se refere ao ato de perseguir e capturar animais, bem como ao ato de procurar para prender, no mundo político, principalmente entre as ditaduras, é um ato macabro aonde os alvos são seres humanos, geralmente os “desviados” da ordem vigente. Cassar se refere ao ato de anular, invalidar, impedir que alguma coisa aconteça, em plena ditadura militar, seria o ato de anular mandatos de indivíduos escolhidos democraticamente pelo povo.

No caso campinense buscaremos analisar dois fatos ocorridos após a tomada do poder pelos militares: a caça e repressão os Centro Estudantil Campinense (CEC) e a cassação do prefeito municipal Newton Rique. Na manhã do dia 01 de Abril o golpe era discutido nos diversos setores da sociedade, era um assunto comentado e especulado, os militares foram as ruas desde as primeiras horas, prendendo, perseguindo os líderes populares, inicia-se o processo de desagregação e desmobilização dos grupos de esquerda. Em Campina Grande, segundo depoimento de Simão de Almeida⁷ a Jonas Batista (1994, p. 340)

onde hoje fica o Café São Braz, as pessoas se concentravam ali e as patrulhas do exército vinham recolhendo as que eram indicadas para a prisão. Foram presos muitos estudantes, professores, padres, que eram inquiridos pelo exército. Eram fichadas e apenas os mais visados permaneciam presos. A grande maioria era solta imediatamente.

A máquina repressiva estava nas ruas da cidade e foram a caça dos órgãos e dos indivíduos considerados subversivos. Cabe ressaltar a invasão feita pelos militares ao Centro Estudantil Campinense. O clima era hostil para a classe estudantil, alvo de vigilância do poder instituído, uma vez que era nas escolas e universidades que se concentravam um grande número de membros da esquerda que lutavam pelas reformas de base. De acordo com o *Diário da Borborema* (10 Abr. 1964, p. 01) um contingente do Batalhão dos Serviços de Engenharia, sediado em Campina Grande realizou uma diligência na sede Centro Estudantil Campinense.

⁷ No período do golpe civil-militar Simão Almeida estudava engenharia na Politécnica de Campina Grande. Participou do movimento estudantil na cidade, sendo detido, fichado e liberado. Em 1969 foi preso no Recife e caiu na clandestinidade, participando do grupo de apoio a guerrilha do Araguaia.

Imagem II. Invasão do Centro Estudantil Campinense (CEC)

Fonte: *Diário da Borborema* (10 Abr. 1964, p. 01)

Na imagem, “invasão ao Centro Estudantil Campinense”, vemos um soldado analisando o material da biblioteca do órgão, ao lado, na parte direita da montagem produzida pelo jornal, vemos um dos símbolos do comunismo: a foice e o martelo⁸. Este emblema estava pintado numa das paredes do CEC, com a descrição do mesmo “Símbolo do Trabalho”.

Durante a invasão do Centro Estudantil Campinense (CEC) foram encontrados “ofícios assinados pelos seus dirigentes à União Nacional dos Estudantes, ao Comando Geral dos Trabalhadores e ao Jornal comunista “Novos Rumos”. Estas correspondências mostram o grau de atuação do CEC junto com órgãos de esquerda de destaque no cenário nacional. Além dos ofícios, os soldados do Batalhão dos Serviços de Engenharia encontraram “na biblioteca vários livros de Karl Marx que ensinavam aos estudantes como trair a pátria” (*Diário da Borborema*, 10 Abr. 1964, p. 01).

Diante do clima de tensão e das perseguições os membros do CEC “destruíram todos os fichários, com os nomes dos integrantes do centro, ateando fogo nas fichas e em outros documentos”. Com este ato de resistência os diretores do CEC provavelmente impediram mais perseguições e outras caçadas aos seus filiados. Os ex-diretores “Darlan Nóbrega, Claudio Américo Pôrto, Jurandir Alcântara, José Roberto França, Abdias Vilar de Carvalho e Marconi Arruda” foram acusados de serem seguidores do Partido Comunista do Brasil e nomeados publicamente como inimigos da pátria. Consta, nos documentos do CEC, que alguns membros “mantinham comunicação com

⁸ A foice e martelo é um símbolo do movimento comunista. O desenho apresenta uma foice sobreposta a um martelo, de forma que pareçam cruzados ou entrelaçados. As duas ferramentas simbolizam, respectivamente, o proletariado industrial e o campesinato — as duas classes cuja aliança é considerada fundamental pelos marxistas-leninistas para o triunfo da revolução socialista. O emblema é mais conhecido por ter sido incorporado à bandeira vermelha da União Soviética, bem como a cada uma de suas repúblicas constituintes, junto com a Estrela Vermelha.

Cuba e com Fidel Castro” (Ibdem), mas o conteúdo das cartas continuará em segredo, segundo ordens do IV exército.

O *Diário da Borborema* divulgava os destinos da “Revolução Democrática” e as prisões que ocorriam de norte a sul do país. Segundo a manchete do dia 10 de Abril de 1964, ADEPTOS DO EX-PRESIDENTE VÃO “JANGAR” NO ATLÂNTICO: 4 MIL COMUNISTAS PRESOS” – De acordo com a reportagem, as cadeias não comportam o número excessivo de presos, por isso, “as autoridades navais requisitaram o transatlântico, Princesa Leopoldina, para nele despejar os prisioneiros. A caça aos comunistas, adeptos do ex-presidente João Goulart estava aberta. O termo “jangar” utilizado na manchete vem satirizar o jingle de campanha⁹ de João Goulart nas eleições para vice-presidente em 1961.

Jangar no Atlântico a bordo do Princesa Leopoldina e Jangar no terreno político, pois, os novos donos do poder além de caçar, também cassaram. Os militares organizam e põem em ação a chamada “Operação Limpeza” tinha por objetivo punir todos os cidadãos que tivessem vínculos políticos com o governo deposto de Jango ou que passaram a fazer parte dos movimentos de oposição ao novo regime e na área política, deflagrou centenas de cassações, de mandatos de parlamentares, prefeitos e governadores e a suspensão dos seus direitos políticos.

“Em nome da revolução gloriosa” foram redigidos os atos institucionais. Os AIs foram utilizados como mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, estabelecendo para eles próprios diversos poderes extra constitucionais. Na verdade os Atos Institucionais eram um mecanismo para manter na legalidade o domínio dos militares. No décimo artigo do Ato institucional I previa-se que os comandantes-chefes do governo poderiam “suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”¹⁰.

Até maio os cassados chegaram a 441, entre eles Juscelino, Jânio e Jango; 55 congressistas, sobretudo do PTB, diplomatas, militares, sindicalistas e intelectuais. Há 2.985 funcionários civis e 2.757 militares demitidos ou forçados à aposentadoria. A Linha Dura elabora uma lista com 5 mil “inimigos da pátria”.

Em Campina Grande, após as primeiras listas de cassações, surgia os rumores que o nome do atual prefeito, Newton Rique, estaria na mira dos militares. Com a multiplicação do número de “pelegos” cassados, a oposição esperava que os militares cassassem Newton Rique por seus vínculos estreitos com o ex-presidente João Goulart e com Leonel Brizola.

Além do telegrama de apoio a Jango pelo comício das reformas, já detalhado anteriormente, o prefeito Newton Rique esteve, em 1963, “para ser nomeado ministro da fazenda” (Sylvestre, 1988, p. 514), era presidente do diretório municipal do PTB, partido de Jango e Brizola e participou do governo como diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

⁹ Ver em <http://www.franklinmartins.com.br>, acessado em 28/07/14, as 10:10min.

¹⁰ Ver em <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>, acessado em 28/07/14, as 10:15min.

Diante das pressões oriundas da oposição, leia-se, Vital do Rêgo, o deputado federal Milton Cabral e Edvaldo do Ó, segundo depoimento de João Jerônimo (2013). Neste contexto, algumas medidas foram tomadas para proteger o mandato e os direitos políticos de Newton Rique: pressentindo o perigo eminente de cassação pelo novo governo, os amigos e membros do grupo político do prefeito sugeriram que a cassação fosse dirigida pela câmara municipal, a propositura visava preservar os seus direitos políticos, já que a cassação pelos meios militares o retiraria da cena política por 10 anos. A proposta foi rejeitada.

Num segundo momento, Newton Rique, acompanhado do seu pai João Rique, foram à Recife, encontrar o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, para pedir a manutenção do seu mandato e tentar impedir a trama política que estava em curso e objetivava a cassação do seu mandato.

A última lista de cassações tinha data para sair: 14 de Junho. A expectativa tomou conta do círculo Newtista, pois aguardava-se que o nome do prefeito não constasse na lista. As emissoras de rádio divulgavam os nomes e entre eles estava o do preito de Campina Grande, Newton Rique.

Foi produzido um Inquérito Policial Militar que chegou às mãos do presidente Castelo Branco, denunciando a origem política de Newton Rique, pois, além de ser eleito pelo PTB, possuía laços de amizade com o ex-presidente João Goulart e com o *inimigo da democracia*, Leonel Brizola.

Pesava contra o prefeito, segundo o Coronel Otávio Ferreira de Queiroz, o fato dele ter sido apoiado pelos esquerdistas nas eleições municipais de 1963, que reunia alguns membros do “ilegal Partido Comunista, tais como os senhores Antonio Figueiredo Agra, Oliveiros Cavalcante e Oliveira, José Pereira dos Santos (o Peba), Manoel Monteiro da Silva, e Uziel Vale” (*Diário da Borborema*, 14 de ago. 1964, p. 01). Acrescenta-se a figura de Williams Arruda, seu vice, que saía das fileiras da Frente Popular Campinense, uma organização de esquerda.

A acusação mais inusitada que constava no Inquérito Policial Militar dava conta que “Newton havia adquirido armas na Bahia para formar em Campina uma resistência contra a revolução e que na prefeitura foram encontradas dezenas de metralhadoras” (Ibidem, 19 de jul. 1964, p.8). E que, estas armas estavam escondidas na prefeitura municipal, em seu gabinete.

O cargo de *Prefeito Centenário* estava vago! Com isso, o vice Williams Arruda, por lei, deveria assumir a chefia do executivo campinense. Porém, duas forças convergiram para impedi-lo: primeiro o grupo Newtista, que via em Williams Arruda um dos “conspiradores”, um dos que pediram a cabeça de Newton Rique aos chefes militares, não que ele tivesse este poder, mais o grupo que o apoiava: Severino Cabral, Vital do Rêgo, enfim opositores de Newton Rique que viam na posse de Williams Arruda uma oportunidade de chegar ao poder municipal; Segundo, sobre a ótica de João Jerônimo “o exército não tolerava a cobertura que a esquerda dava a Williams¹¹”.

O processo foi rápido, “na mesma noite da cassação de Newton, o coronel Queiroz me chamou em casa, me exigiu que reunisse a câmara, de noite, para cassar

¹¹ Entrevista concedida ao autor em 29 jun. 2013.

Williams Arruda”. Nesta época, João Jerônimo era o presidente da câmara. O teatro do poder campinense encena seu drama.

Seguindo uma resolução redigida pelo comandante local do Batalhão do Exército, seriam realizadas eleições indiretas para os cargos de prefeito e vice-prefeito de Campina Grande, cabendo à câmara de vereadores, eleger os novos administradores. Nas coxias da política, o coronel Octávio Queiroz notificou à João Jerônimo que “você é o nosso homem para ser o prefeito de Campina Grande”.

Segundo João Jerônimo surgiram duas candidaturas, a dele, referendada pelos militares e a do vereador Pedro Cordeiro, lançado por Raymundo Asfora: em votação aberta, Pedro teve 03 votos e João Jerônimo obteve 11 votos, faltava um voto, o do presidente, então João Jerônimo, foi à tribuna e votou em branco (Ata da Câmara dos Vereadores, 15 Jun. 1964).

A câmara referendou a escolha, fazendo João Jerônimo da Costa, o prefeito de Campina Grande e para o cargo de vice-prefeito, o também vereador, Noaldo Dantas. Nas coxias do teatro do poder escolhem-se nomes e projetos, no palco político, no caso em tela, a Câmara Municipal, legitima-se a trama e o roteiro imposto.

Imagem III. Posse de João Jerônimo como prefeito Campina Grande



Fonte: Arquivo Pessoal de João Jerônimo da Costa.

A fotografia foi fornecida pelo Sr. João Jerônimo da Costa, em sua residência, no bairro do Mirante em Campina Grande. Carcomida pelas traças, em seu álbum de recordação. Infelizmente, a fotografia não nos deixa qualquer pista sobre a autoria do fotógrafo.

Foi captado o exato instante em que João Jerônimo assina o termo de posse como novo prefeito de Campina Grande, amparado, em seu lado esquerdo pelo vice, de terno escuro, Noaldo Dantas e, à sua direita pelo coronel Octávio de Queiroz. A presença do coronel era uma mensagem, aos demais presentes, sobre a legitimidade da posse. Ao lado do coronel, um aparelho transmissor, ecoando em tempo real a posse do novo

prefeito, bem como esperando a oportunidade de ouvir as primeiras palavras de João Jerônimo na chefia do executivo campinense.

Mas, por que a escolha dos chefes militares recaiu sobre João Jerônimo? Primeiro, pelo cargo que o mesmo ocupava: a presidência da Câmara dos Vereadores, pois na ausência do prefeito e do vice, o presidente do legislativo deveria assumir a chefia do executivo municipal; segundo, como afirma o próprio João Jerônimo, “por ser o único ex-militar que nós (o exército) temos aqui dentro (da Câmara) e por fim, pelos meus laços de amizade e confiança que tinha com o coronel Queiroz”.

No momento da posse, o novo vice-prefeito, Noaldo Dantas reiterou o apoio a Newton Rique e no momento conturbado alterou a ordem do discurso ao dirigir-se “as autoridades militares e civis”, o comum referir-se “aos civis e militares”, eram sinais que um novo momento estava em curso no Brasil e em Campina Grande. No dia 15 de Junho, aos microfones da Rádio Borborema, o recém-cassado prefeito Newton Rique discursou e se despediu do povo campinense:

Campinenses amigos, ontem, às 22:30 horas [...] fui surpreendido com telefonemas de amigos que informavam acabarem de ouvir a inclusão do meu nome na lista de cassação de mandatos e direitos políticos, criada pelo ato institucional. [...] Sim, campinenses, os meus inimigos, que são, sinceramente, os vossos inimigos, conseguiram, afinal, um resultado para as suas maquinações, as suas tramas, as suas intrigas, as suas traições [...] (*Diário da Borborema*, 16 Jun, 1964, p. 01)

Alguns momentos do discurso de Newton Rique são reveladores do momento vivido em Campina Grande: o sentimento de surpresa, expressado em suas palavras iniciais pretende retirar de si qualquer motivação e/ou ação que justificasse sua saída; num segundo momento acusa as pessoas responsáveis por sua cassação de inimigos do povo, pois, são “sinceramente, os vossos inimigos”. O discurso pausado e tom de voz revelam o forte sentimento do prefeito, impedido, após seis meses no poder, de concluir o seu projeto político.

Após as ações urgentes na tentativa de evitar a tomada do poder pelos inimigos do prefeito Newton Rique, os membros do seu grupo político tentavam convencer os militares a revogar a cassação do prefeito. Os discursos eram moderados e falava-se em “Equívoco da Revolução”, pois “Newton não era nenhum agente da subversão, não era nenhum corrupto, nem nenhum corruptor para merecer este castigo da revolução” (*Diário da Borborema*, 17 Jun. 1964, p. 04).

O jogo nas cadeiras no executivo municipal campinense foi regido pela aproximação e pela aliança com os novos donos do poder, neste caso, os militares golpistas. Neste jogo político, os militares empreenderam a prática do canibalismo que consistia na caça e na cassação dos seus inimigos, dos “subversivos”, dos “traidores da pátria”, alimentando da carne, do sangue e dos mandatos daqueles que ousaram não apoiar a “revolução democrática de 31 de março de 1964”.

Como artífice da casa de Clio, procuramos trazer algumas contribuições para o debate que ronda a nova história política, bem como, lançar novos olhares e leituras

sobre o golpe civil-militar em Campina Grande. Que outro discípulo de Clio lance novas leituras e possibilidades de análise sobre o golpe civil-militar na cidade.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Joabe B. *Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960 – 1964)*. Dissertação (**Mestrado em História**) Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

BATISTA, Jonas. Simão Almeida: o golpe chega a Campina Grande. In: MELLO. José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. *O jogo da Verdade: revolução de 64 - 30 anos depois*. Editora: A União, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. *O PCB Paraibano no Imaginário Social: O Caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)*. Dissertação Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil. In: *O golpe: Militares e civis na trama de 1964*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano. 07, nº 83, Agosto 2012.

<http://www.franklinmartins.com.br>

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Trad. De Manuel Ruas. Portugal: Editorial Presença, 1994.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva/Fapesp, 2002.

NÓBREGA, Evandro. Algo do que a Imprensa viu [não viu!] entre o pré-golpe de 64 e o ano de 68. In: MELLO. José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. *O jogo da Verdade: revolução de 64 - 30 anos depois*. Editora: A União, 1994.

SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo & Coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964)* Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

ZENAIDE, Hélio. De como os militares passaram a cassar e caçar. In: MELLO. José Octávio de Arruda; GUEDES, Nonato; BARBOSA, Sebastião; OLIVEIRA, Carla Mary S. NÓBREGA, Evandro. *O jogo da Verdade: revolução de 64 - 30 anos depois*. Editora: A União, 1994.

FONTES

ARQUIVO PESSOAL DE JOÃO JERÔNIMO DA COSTA

Álbum pessoal de João Jerônimo da Costa

ARQUIVO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE CAMPINA GRANDE– CASA FELIX ARAÚJO

Ata da Câmara Felix Araújo (1961 – 1964)

ARQUIVO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

Jornal O Diário da Borborema (1961 – 1965)

RELATOS ORAIS

João Jerônimo da Costa - entrevista concedida ao autor em 26 de jun. de 2013.